



**RUBEM MURILO
LEÃO RÊGO**

é professor do
Departamento de
Sociologia do Instituto
de Filosofia e Ciências
Humanas da Unicamp.

Caio Prado Jr.:

sentimento do

Brasil

A

interpretação do Brasil realizada por Caio Prado Jr. – presente em suas obras históricas, sociológicas, econômicas e políticas – revela uma determinada forma de compreensão tanto dos elementos fundamentais como dos processos essenciais e contraditórios que foram constitutivos da formação e desenvolvimento da sociedade brasileira. A dimensão que mais impressiona na análise caiopradiana é a presença de uma espécie de sentimento dos problemas nucleares da experiência brasileira. Na tentativa de resgatar quais foram esses problemas essenciais “devemos, portanto, fazer um esforço de inclusão no tempo e um esforço de desligamento do tempo, vinculando-os dialeticamente por um ponto definido em face [...]” do que consiste a experiência brasileira (1).

Caio Prado Jr. foi, juntamente com Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, e posteriormente Celso Furtado, um autor que produziu uma das contribuições básicas para a interpretação do Brasil. Se de um lado o pensamento dominante nos anos 30 era fortemente marcado por uma concepção autoritária sobre os mecanismos de direção da sociedade, como as idéias presentes nas obras de autores como Oliveira Vianna, Alberto Torres e Azevedo Amaral, seu pensamento representou, por outro lado, uma forte ruptura com as visões tradicionais sobre a organização da sociedade brasileira. Foi um pensador com uma forte “vocação para o concreto”, isto é, articulava categorias abstratas com descrições detalhadas sobre as condições sociais concretas de organização do Brasil.

O estudo de diferentes momentos e aspectos da realidade brasileira revela o seu esforço em fazer da análise do passado um poderoso instrumento para o esclarecimento do significado de nosso presente. O maior objetivo das suas reflexões certamente foi compreensão do Brasil moderno, tendo “sempre em vista a investigação do presente como história”, implicando nisso “uma análise dialética da gênese e das perspectivas desse presente” (2).

Procurou construir, assim, uma visão

de conjunto da história da sociedade brasileira. Pode-se dizer que essa construção interpretativa foi realizada “sob o signo da formação colonial e de suas extensões problemáticas no presente” e que, dessa forma, expôs “a herança negativa da colônia, que incumbia à nação transformar, sob pena de não se tornar independente ou moderna” (3). A perspectiva de superação dessa herança se expressou na crença de que, particularmente no período pós-Revolução de 30, o desenvolvimentismo industrializador “promoveria ao salariado e à cidadania a massa dos enquadrados nas formas econômico-sociais antigas”. Nesse contexto, o desejo de transformação efetiva do presente nacional, no sentido da superação das persistências de nosso passado colonial, esboroou-se na forma como os pobres da nação, mesmo proletarizados, não se increveram no universo do salário e da cidadania. Transformando esses pobres em consumidores imaginários – em “sujeitos monetários sem dinheiro” – a trajetória de nosso desenvolvimento fez com que a nossa herança colonial se mostrasse “apta, também, a servir de legitimação ao capitalismo sem lei nem cidadania trilhado no país” (4). É só constatar a persistência com que a exclusão social de grande parte da massa dos oprimidos, como característica essencial do antigo sistema econômico, não apenas se reproduziu como chegou até os tempos atuais em tons ainda mais agravados. Por tudo isso, o profundo compromisso caiopradiano foi com o conhecimento do país – em sentir o Brasil – para assim poder transformá-lo.

Alguns aspectos de sua análise podem ser considerados fundadores da interpretação do Brasil: o caráter “colonial” e dependente que marca toda sua trajetória de desenvolvimento, a estruturação de suas atividades produtivas de forma determinantemente voltada para atender às demandas externas de bens primários e posteriormente agroindustriais, a persistente alocação externa de pelo menos as fundamentais decisões de investimentos produtivos, o recorrente caráter socialmente não-integrador e excludente da maioria da po-

1 Estas observações parafraseiam as considerações que Antonio Candido faz a respeito de sua análise do método crítico de Sílvio Romero. Cf. Antonio Candido, “Prefácio da 1ª edição” e “Prefácio da 2ª edição”, in *O Método Crítico de Sílvio Romero*, São Paulo, Edusp, 1988.

2 Carlos Nelson Coutinho, “Uma Via ‘Não-clássica’ para o Capitalismo”, in M. A. D’Incao (org.), *História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Junior*, São Paulo, Brasiliense/Junior, 1989, p. 115.

3 Roberto Schwarz, “Discutindo com Alfredo Bosi”, in *Novos Estudos Cebrap*, n. 36, São Paulo, julho/1993, p. 1.

4 Idem, *ibidem*, p. 14.

pulação brasileira em relação aos padrões modernos de convivência substantivamente democrática e cidadã, a não-superação das desigualdades regionais historicamente conformadas pelo processo de ocupação e colonização do território, a consecução de um processo de industrialização inorgânico, intersetorialmente desarticulado e economicamente frágil para promover as alterações desejáveis em uma estrutura social apoiada na preservação de uma elevada concentração da propriedade fundiária.

Levando em consideração análises mais recentes sobre o processo de desenvolvimento brasileiro, pode-se reafirmar não só a justeza como a atualidade dessas macrointerpretações caiopradianas. Estas têm como corolário a análise do desenvolvimento e expansão do capitalismo no campo brasileiro, procurando apreender o conteúdo e as formas de organização da atividade agrária, e também o sentido das transformações na trajetória de constituição plena das relações capitalistas de produção. Por isso a questão agrária aparece como nuclear em quase todos os momentos de sua obra. Sobressai com importância a análise das características estruturais, das particularidades e contradições que marcaram o processo de organização e transformação de nosso mundo agrário.

Da mesma forma, suas interpretações revelam que não somente tiveram a perspicácia de perceber as características essenciais de nossa realidade agrária e o sentido de suas transformações, como também mantêm atualidade e contemporaneidade para o debate sobre aspectos fundamentais da organização das outras atividades atuais. Questões como o longo processo de transição da organização agrária brasileira para a modernidade capitalista, o significado da propriedade fundiária no processo de plena realização do ciclo de reprodução do capital na sociedade brasileira, a compreensão dos processos e modalidades de modernização conservadora no Brasil, os efeitos sociais transformadores da agroindustrialização sobre várias formas de organização da produção agrária, etc., são ainda hoje centrais nas preocupações sobre

o caráter do desenvolvimento brasileiro.

Este trabalho procura dar ênfase a dois grandes conjuntos de questões que perpassam a obra caiopradiana: 1) a convivência com a experiência colonial de uma forma a se transformar em verdadeiro estigma da formação social nacional, tornando contingente o agrarismo, reproduzindo um círculo vicioso de dominação e dependência, impondo uma difícil e sempre incompleta construção da nacionalidade, eternizando os mecanismos da exclusão social assentada na reprodução de relações sociais que tornam mesmo “consentidas” as formas sociais de subordinação, e impondo uma “crônica instabilidade” social e econômica como consequência da preservação acordada dos interesses apoiados no capital agromercantil; 2) a experiência perversa de desenvolvimento que, caracterizada por transformações substantivas e preservações estruturais, produziu um processo que pode ser entendido como uma espécie de transição de uma situação colonial a uma situação neocolonial, justapondo a uma intensa diversificação das atividades produtivas uma persistente reposição de “traços coloniais”, e que, através da conformação de um desenvolvimento capitalista distorcido ou disforme, promoveu recorrentemente formas de reintegrações não-soberanas à ordem capitalista internacional.

Em primeiro lugar, a interpretação caiopradiana procurou demonstrar como o sentido presente no processo de colonização – a expansão capitalista mercantil europeia – determinou a conformação de uma sociedade assentada na reprodução da grande exploração agrária mercantil escravista, fazendo com que este agrarismo viesse marcar os desdobramentos futuros da sociedade brasileira. Suas raízes podem ser encontradas na forma como historicamente se distribuiu a terra, expressando uma “generosa distribuição mais do que necessária” que veio trazer a marca perene de nossa estrutura fundiária: o predomínio da grande propriedade territorial. É por essa via que se passou de um primeiro momento em que o predomínio da grande exploração

rural se funda na articulação de três elementos essenciais – grande propriedade, produção monocultora e trabalho escravo – para um segundo momento, de resto revelador da persistência do domínio da grande exploração, em que esses elementos parcialmente se recompõem na articulação entre grande propriedade, produção monocultora e trabalhadores não-proprietários. Esse processo, desde suas origens, se caracterizou pelos seus objetivos fundamentalmente mercantis. Isto é, a estruturação de um processo produtivo agrário que rapidamente viesse atender as demandas por matérias-primas do mercado europeu. Segundo Caio Prado Jr., essa centralidade imediatista no interesse mercantil fez com que a obra de ocupação e exploração do território brasileiro não forjasse “os elementos necessários para uma vida economicamente autônoma, independente”. Aqueles elementos componentes da grande exploração rural trazem subjacentes o sentido originário dessa ocupação: o interesse comercial. A grande propriedade instaura a produção em larga escala. O caráter monocultor orienta a especialização da produção para mercados alheios. O trabalho escravo expressa o desinteresse na construção de um mercado interno.

É por isso que, em 1935, ao escrever sobre o programa da Aliança Nacional Libertadora, Caio Prado Jr. constata o predomínio do “sistema de plantação” na sociedade brasileira: “Tal regime, podemos caracterizá-lo numa palavra, é a exploração agrícola em larga escala fundada no trabalho assalariado, ou semi-assalariado, em todo caso totalmente subordinado ao proprietário, de camponeses sem terra”.

É lapidar em Caio Prado a afirmação de que a estrutura de produção agropecuária no Brasil esteve tradicionalmente fundada na “grande exploração” – no grande domínio – o qual se expressava de forma complexa na junção da necessidade da grande propriedade ou extensão territorial, da quase exclusiva função agroexportadora de produtos primários e da subordinação e superexploração, sob várias formas, de uma extensa massa de trabalhadores rurais. A

grande exploração rural escravista mercantil exportadora, mais do que uma simples delimitação espacial de uma unidade produtiva, consistia na expressão sintética e generalizada das relações sociais concretas que organizam e determinam o processo de reprodução capitalista na formação social brasileira.

A interpretação caiopradiana tratou também de demonstrar como ao longo das transformações próprias do desenvolvimento nacional se configura uma transmutação do *status* colonial, preservando-se a dependência e subordinação da sociedade brasileira a um dinamismo que lhe é externo, mesmo que de novo tipo. O que se expressa tanto na reprodução de “círculo vicioso da dominação colonial”, como na difícil trajetória de construção da nacionalidade: “Apesar das grandes transformações por que passou a economia brasileira, e que se vem acentuando nestes últimos decênios, ela não logrou superar algumas de suas principais debilidades originárias, e libertar-se de sua dependência e subordinação no que respeita ao sistema econômico e financeiro internacional de que participa e em que figura em posição periférica e marginal” (5).

Dessa maneira, a “natureza colonizadora” da sociedade brasileira manteve-se “sob formas diferentes”. É, por exemplo, o caso dos efeitos da penetração do capital internacional. Ao se introduzir a análise sobre as conseqüências da presença do capital externo na sociedade brasileira torna-se evidente que a noção de “sistema colonial”, no entendimento caiopradiano, ganha uma conotação e abrangência que extrapolam os limites estritamente históricos do “período colonial”. É a problemática de nossa dependência que emerge como marca decisiva de nossa sociedade. Daí Caio Prado Jr. poder considerar que foram as persistentes deficiências do “sistema colonial” (6) da economia brasileira que sempre abriram perspectivas de penetração do capital estrangeiro, produzindo contradições que resultam “da acentuada desproporção entre as perspectivas e oportunidades econômicas que o sistema oferece, e, doutro lado, do nível de necessidades,

5 Caio Prado Jr., *A Revolução Brasileira*, 2ª ed. (1ª ed.: 1966), São Paulo, Brasiliense, 1966, p. 140.

6 Idem, *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, São Paulo, Gráfica Urupês, 1954, pp. 139-45.

efetivas e potenciais, da população que precisa manter-se à custa dele” (7).

A penetração do capital estrangeiro faz assim parte da dinâmica do sistema colonial e, apoiando-se nesse sistema, contribui para que as condições de subordinação se preservem no essencial. Nesse contexto, é da desarticulação das atividades econômicas e do desestímulo à produção brasileira que resulta a crônica instabilidade da nossa economia. E é justamente a superação dessa desproporção entre necessidades da população e estreitos limites das forças produtivas do sistema colonial que pode construir as bases para a gestação de uma nova estrutura: “uma economia propriamente nacional”.

O desafio que se põe é o da superação dessas contradições, de forma que conduza o país ao processo de desenvolvimento que produza a “definitiva libertação de suas contingências coloniais”.

A reprodução dessa “dinâmica colonial” na estrutura da sociedade brasileira se constituiu em importante fator de criação de impasses para a construção da nação. Essa foi uma preocupação constante de Caio Prado Jr. Ainda que deva ser sempre lembrado que a nossa experiência de transformações sociais, políticas e econômicas esteve sempre marcada pela recorrência de “emancipações sem rupturas”, que se traduziram nas práticas do “arranjo político”, sempre presente nos diversos momentos de confrontos decisivos de interesses que de alguma forma poderia se esperar que fossem portadores de impulsos necessários às mudanças sociais no Brasil. A construção da nacionalidade brasileira somente poderia ser produto da ação das forças de negação que emergiriam das contradições profundas do sistema colonial. Essas contradições se configuraram no caráter regionalizado do desenvolvimento das atividades produtivas, no caráter excludente da economia monocultora e latifundiária, no desestímulo ao fortalecimento de um mercado interno e, finalmente, na dependência de nosso dinamismo econômico a interesses e fatores externos à sociedade brasileira. Daí a preocupação em apontar os limites de vários processos de transformação

da sociedade brasileira, os quais, de fato eram portadores de “continuidades do sistema colonial”.

As análises de Caio Prado Jr. revelam como a dialética de nosso desenvolvimento se expressa, em vários momentos de nossa história, no conflito entre as tentativas de implementação de projetos universalistas nacionais de transformação social e a preeminência do particularismo dos grandes negócios na ordenação de nossa trajetória. Isso pode ser constatado no “modo retrógrado pelo qual o Brasil rompeu o estatuto colonial e entrou para o concerto das nações independentes”: incorporando instituições e idéias fundamentais para a construção da nação, mas sem quebrar a ordenação social e econômica formada na colônia e marcada pela presença do tráfico negreiro, do trabalho escravo e da grande exploração agromercantil. Ou seja, na história de modernização econômica da sociedade brasileira pode ser observado um fenômeno que Antonio Gramsci chamou de “sedimentação passiva” (8): uma espécie de “fossilização” da grande propriedade fundiária rural, promovendo a reprodução de camadas sociais portadoras de forte caráter parasitário, que vivem das rendas auferidas da terra e produzindo efeitos antagônicos aos avanços sociais que deveriam ser constantes do processo de industrialização. Por essas razões é que, percorrendo a reflexão caiopradiana, pode-se observar que uma das principais características de nosso percurso econômico, político e social se configurou como uma “instituição de permanências”.

De certa maneira podemos dizer que a influência e a importância da obra caiopradiana têm suas raízes na percepção dos elementos e mudanças econômicas, sociais e políticas que se manifestaram no período de crise do sistema colonial e nos posteriores momentos de transição capitalista, em que se aguçam os impulsos, conflitos e embates de interesses em torno do projeto de construção do Estado-nação pelo povo brasileiro.

No plano da interpretação sobre os mecanismos de reprodução da exclusão

7 Idem, *ibidem*, p. 157.

8 Cf. Antonio Gramsci, “Americanismo e Fordismo”, in *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, pp. 377-8.

social e da subordinação, a marca iniludível do processo de formação da estrutura de classes da sociedade brasileira encontra-se tanto na especificidade de nossa estrutura fundiária como no enorme peso da herança escravocrata. A persistente rigidez concentradora da primeira e a abrangência onipresente da segunda são entendidas como contrafaces do domínio incontrastável do senhor de terras, durante largo período da história brasileira. Mesmo que essa dialética das classes sociais possa se expressar num processo relativamente amplo de diferenciação social, é inegável que, ao mesmo tempo, reitera os mecanismos de exclusão econômico-social e política e reproduz um persistente caráter “inorgânico” e não-integrador da sociedade brasileira. Eis aqui a fonte principal da configuração de formas consentidas de subordinação, através de uma espécie de ritualização das relações sociais centradas no favor, na dependência pessoal e no mando.

Em segundo lugar, depois de efetuar a análise abrangendo o período historicamente datado como colonial, a interpretação caiopradiana volta-se para o esclarecimento de outra dimensão do caráter perverso do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, que ao mesmo tempo em que promove a transformação pela emergência de forças renovadoras e pela diversificação da estrutura produtiva, tendo como paradigma a industrialização, por outro lado mantém ou preserva mecanismos que alimentam a reposição daquilo que Caio Prado Jr. chamou de “traços coloniais” ou de “atraso”. A forma paradoxal e contraditória como esse processo se realiza evidencia que, ao mesmo tempo em se que ampliam as forças produtivas, ocorre também a reprodução de negativos condicionantes estruturais que se expressam na conformação de uma industrialização desarticulada, inorgânica, dispersa e marcada pela convivência com um débil e seletivo mercado interno e pela fragilidade do processo nacional de capitalização. Além disso, conforma-se um processo industrializador restringido e marcado por uma forma não-soberana de integração

à dinâmica moderna da reprodução internacionalizada do capital. Repõem-se, assim, de forma transfigurada, tanto alguns fundamentos históricos da condição subdesenvolvida, como os constrangimentos da subordinação ao dinamismo “colonial” e dependente.

A força das “contingências estruturais” da sociedade brasileira condicionou uma “defeituosa e altamente inconveniente distribuição e estruturação das atividades industriais”, manifestas na “ausência de organicidade” de nosso desenvolvimento industrial.

Mesmo considerando-se as radicais mudanças no padrão de acumulação de capital em nossa sociedade, cuja complexidade encontra-se hoje hegemônica pelos processos característicos do capital industrial e financeiro, ainda é possível se encontrar a presença dessas “contingências negativas” na persistência de uma dinâmica geral que em grande parte aponta para “uma sociedade voltada para fora”. Particularmente em relação ao conjunto das atividades agrárias pode-se verificar que, direta ou indiretamente, o destino da produção agropecuária ainda mantém o sentido de agroexportação. Diretamente através da exportação de produtos primários e indiretamente pela exportação de produtos agropecuários semiprocessados ou processados pelos cada vez mais amplos processos de agroindustrialização. Dessa forma, pode-se colocar ainda questões pertinentes, costumeiramente discutidas por Caio Prado Jr., quanto à insuficiente e perversa estruturação do mercado interno brasileiro – reproduzindo a exclusão de grandes maiorias e aumentando a vivência da fome e da miséria – e quanto ao papel da estrutura fundiária existente no processo de bloqueio desse mercado. Nesse sentido também procurou constatar se as transformações ocorridas na estrutura da produção agropecuária resultaram ou não numa ampla incorporação populacional a uma estrutura de mercado, de consumo e de trabalho, de molde a produzir efeitos positivos sobre a melhoria de suas condições de vida. Assim, ganha sentido sua preocupação sobre em que me-

dida os processos de modernização capitalista das relações sociais e da estrutura produtiva sujeitam, eliminam ou coexistem com os tradicionais traços arcaicos geradores da nossa miséria. Ou mesmo se esse mesmo processo de modernização não tem sido também um importante fator de expansão da miséria e da pobreza da população por ele excluída, especialmente do mundo agrário brasileiro, na medida em que convive com os efeitos perversos do processo de transformação-persistência da grande propriedade fundiária. É o que também se pode notar tanto na pertinácia com que se reproduz a “grande exploração” assentada na grande propriedade fundiária rural, como na renitência e redefinições da “função exportadora” enquanto fator norteador dos processos de implantação, expansão e declínio de grande parte das atividades produtivas, em particular as agropecuárias.

No entanto, a idéia de permanência dos traços coloniais pode ter induzido, em Caio Prado, a uma certa subestimação das mudanças promovidas pela experiência brasileira de industrialização e pela ação do capital estrangeiro, em relação aos seus papéis de ruptura com os padrões coloniais da organização produtiva e com a reiteração dos laços de dependência e subordinação. Subestimação, mas não negação. A subestimação encontra-se no fato de não ter precisamente reconhecido as conseqüências do engendramento, internamente à sociedade brasileira, de um processo endógeno de acumulação de capital que, assentado historicamente no dinamismo do complexo agroexportador cafeeiro, instaurou um novo padrão à conformação do capitalismo brasileiro. Por outro lado, também no fato de não ter inteiramente superado a compreensão de que a força da ação imperialista do capitalismo internacionalizado era impositiva de uma absoluta impossibilidade de autodefinição dos rumos de nosso desenvolvimento. Em ambos os aspectos, é como se não se desse conta de todos os contornos e implicações dos novos momentos da acumulação capitalista no Brasil.

Porém, lembre-se que a análise caiopradiana considera que, no período colonial,

da mesma forma que os impulsos para a organização de atividades a partir de dentro da economia brasileira só poderiam engendrar um crescimento econômico que não oferecesse riscos de transposição dos limites da produção e do mercado impostos pelos interesses metropolitanos, isto é, que não suscitasse processos extra e anticoloniais, também no período pós-colonial os impulsos e os incentivos à industrialização e à diversificação da estrutura produtiva somente se concretizariam tendo como parâmetros limitadores os interesses consolidados na dinâmica da nova fase do desenvolvimento do capitalismo internacional (9). É a essa lógica presente no processo de desenvolvimento que Caio Prado atribui o fato de a experiência brasileira se caracterizar pela não-ruptura com as “amarras coloniais”. Procurou mostrar, no mínimo, que o nosso percurso de desenvolvimento nem sempre, e mesmo raramente, resultou em ruptura essencial com esses padrões tradicionais.

De outra parte, aquele não se dar conta dos novos momentos da acumulação capitalista parece ter produzido problemáticas conseqüências no plano da compreensão política da experiência brasileira. Ao lado de ter corretamente percebido que, nos vários momentos cruciais de transformação social e econômica, as mudanças sempre foram marcadas pela recomposição de alianças políticas conciliadoras entre forças dominantes que resultaram na não-ruptura com importantes marcas do passado, também entendeu atribuir à crônica incapacidade de nossa burguesia em ser portadora de um projeto de construção de um capitalismo moderno a sua condição de ter estado sempre atrelada a uma prática especulativa, oportunista e imediatista na realização de seus investimentos, o que de resto não seria destoante dos contornos clássicos da prática burguesa. Antepunha-se, assim, ao necessário desvendamento das razões histórico-concretas que determinavam a reprodução daquelas conciliações conservadoras, a idealização das possibilidades de surgimento de um projeto burguês verdadeiramente civilizador.

9 Cf. Florestan Fernandes, *Circoito Fechado*, São Paulo, Hucitec, 1976, p. 19.

Um outro aspecto recorrente na interpretação caiopradiana do processo de transição da formação social brasileira é o das relações com o capitalismo internacional. Dentro dessa preocupação, Caio Prado Jr. analisa que, em relação a este último, o Brasil sempre ocupou posição periférica e suplementar, subordinada e dependente, configurada essencialmente pelo papel subsidiário de fornecedor de matérias-primas e alimentos para o mercado externo. Essa forma de vinculação com o capitalismo internacional fez com que, como já vimos, os objetivos da sociedade deixassem de ser formulados “em bases próprias e nacionais” (10).

Entretanto, ao mesmo tempo era do entendimento de Caio Prado Jr. que o capitalismo se desenvolve como um modo de produção que ultrapassa progressivamente os limites da nação. Que a escala mundial do processo de reprodução ampliada do capital se manifesta nos processos de concentração e centralização, os quais por sua vez se traduzem nos monopólios, nos oligopólios e no caráter transnacional dos processos de acumulação de capital (11). Mas, ao perceber esse caráter universal da realização do capitalismo, quis também compreender por que esse processo se fez aqui tão excludente, tão pouco democrático. Não se trata, na interpretação caiopradiana, da defesa ingênua de um projeto de uma “economia capitalista nacional”, mas, sobretudo, da reiterada afirmação de que nosso processo de desenvolvimento nunca esteve, na sua essência, inteiramente sob controle das forças sociais brasileiras e que, por isso, não poderiam ser privilegiados os interesses da população aqui existente. Por isso, o nacionalismo que está presente na obra de Caio Prado Jr. é decorrente da análise das condições históricas concretas da evolução da sociedade brasileira. Nada tendo a ver com uma manifestação de “amor-próprio nacional, à maneira do patriotismo romântico”. Pelo contrário, consiste em uma crítica em que o nacional não é comemorado ou enaltecido, mas historicizado. Contrariamente ao nacionalismo de convenção ou vulgar, a re-

flexão dialética de Caio Prado não está referida ao “país do coração”, mas ao país das classes sociais, real e concreto (12).

Assim, procurando compreender “as raízes de nosso presente no solo do passado”, o autor revelou o peso da dimensão rural da sociedade nacional e mostrou como, apesar das mutações de uma sociedade em processo de transformação para uma sociedade industrial, a presença transfigurada de “traços coloniais” se torna uma dramática realidade. Através da obra de Caio Prado Jr. pode-se compreender como um autor decisivo para o conhecimento da história social brasileira possibilita o entendimento de como os diversos aspectos de nossa vida social estão de alguma forma sobredeterminados por dimensões do passado que marcam o nosso presente.

A grande força de preservação do significado de suas contribuições encontra-se na insistência com que identifica a permanência ou a não-ruptura radical, na formação social brasileira, com os liames de subordinação e dependência – os “traços coloniais” – que marcam a nossa trajetória histórica de desenvolvimento.

Finalmente, a especificidade do Brasil, que Caio Prado Jr. agudamente identificou, consistiu justamente na ausência de processos de ruptura com as formas sociais e econômicas básicas, rupturas que poderiam representar uma força decisiva para a superação do permanente ombreamento entre a prosperidade e a miséria. Por isso é observável na reflexão caiopradiana a compreensão de que nos vários momentos em que ocorrem impulsos modernizadores da sociedade brasileira, momentos esses marcados por novas formas de inserção na dinâmica do capitalismo internacional, configuram-se processos de “modernização conservadora”. O que o autor ressalta é que as novas formas de organização econômica, de relações sociais entre as classes e de práticas do exercício do poder pagaram, e continuam pagando, seu tributo ao passado; porque certamente diria, à maneira benjaminiana, que “o passado tem os seus direitos, e tais direitos não são facilmente descartáveis” (13). Por isso teve a clara

10 Caio Prado Jr., *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*, São Paulo, Brasiliense, 1961, p. 190.

11 Cf. Octávio Ianni, *A Idéia de Brasil Moderno*, São Paulo, Brasiliense, 1992, pp. 56-7.

12 Este comentário se inspira em análise de Roberto Schwarz sobre a obra “Dialética da Malandragem”, de Antonio Candido. Cf. Roberto Schwarz, “Pressupostos, Salvo Engano, de ‘Dialética da Malandragem’”, in *Que Horas São?*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 134.

13 Cf. Walter Benjamin, *Teses sobre Filosofia da História*, São Paulo, Ática, 1985, p. 155.

14 Cf. Marco Aurélio Nogueira, *As Desventuras do Liberalismo – Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p. 225.

15 Ver Fernando A. Novais, “Comentário à Comunicação de Antonio Candido”, in *Sérgio Buarque de Holanda – 3º Colóquio UERJ*, Rio de Janeiro, Imago, 1992, p. 113.

percepção da trajetória de “uma sociedade que se remodelava sem abalos profundos, quase em silêncio e lentamente” (14). Daí decorre o fato de que a compreensão dialética do processo de formação da sociedade brasileira contemporânea revela que esse movimento foi sempre marcado por aquela já referida “instituição de permanências”, traduzindo-se na eternização de elementos de atraso e de traços nunca inteiramente superados, se bem possa parecer que, ao “tornar absoluto um traço – o colonial”, o autor tenha se afastado da compreensão clássica de que só a mudança é constante (15).

Parece ser possível notar, finalmente, que há uma permanente tensão na interpretação de Caio Prado: entre uma “força do destino”, que se configura na permanente reposição do dinamismo colonial na história da formação social brasileira, e uma insinuante indicação de que nossa trajetória poderia ser diversa, se nos fosse dado contar com outros sujeitos sociais e políticos que não reproduzissem aquilo que chamou de “subordinação consentida”. Ao fim e ao cabo, essa tensão parece se manter com plenitude na atualidade, particularmente ao contexto em que à contínua expansão das disparidades entre a riqueza e a pobreza se contrapõe o encantamento do espírito crítico com a globalização capitalista, mais uma vez aceitando, sem mais, o juízo de um destino inevitável em que nossa trajetória se encontraria marcada por uma “moderna integração subordinada”.

Nesse sentido, certamente encontraríamos Caio Prado pugnando na prática da denúncia dos fundamentos perversos dessa integração globalizada, que novamente nos reitera aquele “núcleo duro” da história do desenvolvimento do capitalismo brasileiro – a perversidade social de nossos necessários *aggiornamenti* à ordem mundial.

Com certeza, o momento em que vivemos nos coloca, imperativamente, a necessidade de invocar a figura intelectual e moral de Caio Prado Jr., cuja vida e obra encarnou entre nós um dos mais vivos exemplos de “pessimismo da razão” e de grande “otimismo da vontade”.

